

Bancada de Brasília está afinada para Constituinte

JEOVA FRANKLIN
Da Editoria de Política

Se intenções reafirmadas após as eleições valerem para a futura Assembléia Nacional Constituinte, a bancada brasiliense que estreita no Congresso Nacional com três senadores e oito deputados vai atuar em bloco e muito afinada, na defesa da reforma agrária já, do reestudo do pagamento da dívida, da limitação da remessa de lucros e da estatização de setores essenciais da economia.

A maioria dos nossos parlamentares defende o presidencialismo como regime melhor para o Brasil atual, aceitando-o porém como fase de transição para o parlamentarismo ou para o socialismo. Quanto à duração do mandato presidencial, a bancada está literalmente dividida. Cinco defendem a duração de cinco anos e cinco ficam com o período de quatro anos. Numa posição de cautela se situa o senador Meira Filho (senador PMDB) que prefere apoiar a posição que a futura Constituinte adotar.

Em consulta direta a todos os deputados e senadores eleitos por Brasília, ficaram definidas as seguintes posições quanto aos problemas que atualmente mais preocupam a sociedade brasileira.

MANDATO PRESIDENCIAL

A favor da duração de quatro anos para o mandato presidencial estão Valmir Campelo (deputado PFL), Geraldo Campos (deputado-PMDB), Sigmaringa Seixas (deputado PMDB), Maria de Lourdes Abadia (deputado PFL) e Maurício Correa (Senador PDT). O voto do senador é feito com a ressalva da reeleição.

Defendem o período presidencial de cinco anos: Márcia Kubitschek (deputada PMDB), Pompeu de Souza (Senador PMDB),



Francisco Carneiro

Francisco Carneiro (deputado PMDB), Jofran Frejat (deputado PFL) e Augusto Carvalho (deputado PCB).

Dividida também fica a bancada brasiliense. Dos que se manifestaram claramente, o deputado Francisco Carneiro foi o único que defendeu a duração plena de seis anos. Jofran Frejat acha que embora o atual mandato legal seja de seis anos, o ético seria apenas de quatro.

Com as eleições diretas para 1988, estão os deputados Geraldo Campos, Augusto Carvalho, Sigmaringa Seixas, e Maria de Lourdes Abadia. O senador Maurício Correa, em conflito com o líder nacional de seu partido, Leonel Brizola, considera desaconselhável eleições diretas já para a Presidência da República, diante do momento por que passa o País.

DÍVIDA EXTERNA

A opinião unânime da bancada é de que o País não continuará suportando o peso da dívida externa. As posições se diversificam quando se fala nas formas de negociação. O senador Maurício Correa diz ser uma ficção falar que a dívida não vai ser paga. Ele propõe, em busca de negociações mais favoráveis, a



Jofran Frejat

suspensão do pagamento de juros, deixando a moratória pura e simples como argumento final.

O senador Meira Filho é contra a moratória, a favor da negociação. Em posição contrária está Pompeu de Souza, seu colega de Senado. Ele acha que o Brasil já pagou sua dívida externa mais de uma vez e que ela é uma forma de os países ricos escravizarem os mais pobres. O deputado Augusto Carvalho prefere ficar com a suspensão imediata de qualquer pagamento da dívida externa até chegar a negociações mais favoráveis ao País. Jofran Frejat acha que a moratória já está sendo na prática praticada pelo Brasil. A seu ver, o que falta agora é estabelecer um percentual do PIB destinado aos credores internacionais. Valmir Campelo opina que o pagamento de juros da dívida externa, da forma atual, é incompatível com o crescimento nacional.

O deputado Geraldo Campos quer a suspensão do pagamento para uma negociação que permita o Brasil crescer e criar empregos para os 3 milhões de brasileiros que todos os anos chegam à idade adulta. Maria de Lourdes propõe estudo mais aprofundado do problema porque a seu ver está em jogo a credibilidade do Brasil na co-

munidade internacional. Acha porém que a forma de pagamento deve ser revista, para que não seja exigido tanto sacrifício do povo brasileiro.

Para a dívida ser paga, o deputado e empresário Francisco Carneiro propõe três condições: que os juros sejam reduzidos de 8 para 2%, que o pagamento não comprometa o crescimento nacional e ainda que tal pagamento seja condicionado a uma parcela definida das exportações.

REFORMA AGRÁRIA

Todos defendem a necessidade urgente da reforma agrária. Querem-na logo e já, como imprescindível para que o país combata a miséria, a fome e a injustiça social. A deputada Márcia Kubitschek destoa um pouco dos demais ao dizer que a reforma agrária já vem sendo feita pelo Governo José Sarney.

INFORMÁTICA

A unanimidade atinge com maior peso a bancada, quando se fala na necessidade de se manter a reserva de mercado para a informática. Os deputados Jofran Frejat lembram que países como Estados Unidos e Inglaterra já usaram tal expediente em defesa de sua industrialização. Geraldo Campos, Augusto Carvalho e Sigmaringa Seixas querem ver tal reserva ampliada para outros setores da economia, como por exemplo, para a área de química fina.

REMESSA DE LUCROS

Todos os senadores e deputados brasilienses querem maior limitação para a remessa de lucros pelas multinacionais para o Exterior. A posição mais radical a esse respeito foi exposta pelo deputado Francisco Carneiro que não admite sair do País nenhum centavo de dólar sob o rótulo de lucro.